

SEIS MESES DE LAMA

FUTURO INDEFINIDO E RASTRO DE DESTRUIÇÃO



Não sobrou nada
Lama de barragem rompida varreu o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana. FOTO: Doug Patricio/O Globo

Ações de recuperação começam só agora. E a passos lentos

RAQUEL LOPES
rlopes@redgazeta.com.br

Por volta das 16 horas, do dia 5 de novembro de 2015, a vida de milhares de pessoas iria começar a mudar. Há exatos seis meses, um tsunami de 62 milhões de metros cúbicos de lama destruiu Bento Rodrigues, em Mariana, e atingiu os rios, sendo que através do Rio Doce chegou ao Espírito Santo, seguindo até o litoral capixaba. Além das 19 mortes, por onde a lama foi passando deixou rastros de destruição no meio ambiente e na vida da população, que está descrente de que o rio possa voltar a ser o que era.

A partir do desastre, a rotina de muitos mineiros e capixabas mudou. Em muitos casos, o pescador virou pedreiro; o artesão teve que abrir um comércio, e assim aconteceram transformações para que eles pudessem conseguir algo fundamental: a sobrevivência.

Mesmo depois desse tempo, a reconstrução caminha a passos lentos e pessoas ainda não retornaram às atividades normais. Uma esperança para os prejudicados

foi o acordo assinado entre União, Samarco e governos do Espírito Santo e Minas Gerais. Ele prevê 40 medidas – de curto, médio e longo prazos – ambientais e sociais. Deverão ser investidos em 2016 cerca de R\$ 2 bilhões. A intenção é que ao fim de 10 anos cerca de R\$ 20 bilhões serão aplicados em ações de recuperação da bacia.

Alguns dos pontos pedem a reparação integral das condições socioeconômicas e do meio ambiente afetados, medidas de compensação aos pescadores, produtores, povos indígenas, povos tradicionais, bem como para estimular a retomada de atividades econômicas; e recursos para que municípios possam fazer obras de saneamento básico.

O acordo ainda não foi homologado pela Justiça Federal, mas alguns dos pontos estão sendo realizados pela Samarco, responsável pela barragem que se rompeu.

O gerente-geral de estratégia da Samarco, Alexandre Souto, diz que cerca de 80% do que propõe o acordo já está sendo desenvolvido.



Sem auxílio

Miriam, pescadora em Regência, Linhares, ainda não recebe o auxílio da Samarco. Mesmo com a dificuldade, diz que não pretende sair da vila.

“Tenho três filhos, nossa renda caiu por menos da metade. É uma angústia não saber de onde tirar sustento. Mas eu nasci aqui, escolhi para viver e não quero sair”

MIRIAM NASCIMENTO PESCADORA, 33 ANOS

“Alguns projetos estão em período inicial e outros em etapa mais avançada. A gente já construiu diques de contenção para melhorar a qualidade da água. Pessoas desalojadas foram reinstaladas, em dezembro todos já estavam em casas alugadas,

mobiliamos. E, agora, vamos reconstruir as vilas para fazer a devolução das casas. Estamos também revegetando alguns locais para estabilizar o solo”, comenta.

FUNDAÇÃO

Apesar da Samarco estar

realizando a obra, a partir do dia 2 de julho uma fundação privada, que ainda não possui nomes definidos, vai gerir o acordo. O controle público será feito por meio de um comitê interfederativo, formado por 12 membros do poder público.

ENTENDA

ACORDO

A intenção de que somente em 2016 sejam aplicados cerca de R\$ 2 bilhões em ações sociais e ambientais. Ao fim de dez anos, cerca de R\$ 20 bilhões serão aplicados.

FUNDAÇÃO

A partir do dia 2 de julho, uma fundação privada, que ainda não possui nomes definidos, vai gerir o acordo. Ela será responsável por assumir todos os 40 pontos do acordo.

ALGUNS PONTOS

Alguns pontos pedem a reparação integral das condições socioeconômicas e do meio ambiente afetados e medidas de compensação aos povos afetados, bem como para estimular a retomada de atividades econômicas.

JUSTIÇA

O acordo ainda não foi homologado pela Justiça Federal, mas alguns dos pontos estão sendo executados pela Samarco.

BERNARDO COUTINHO

INVESTIGAÇÃO DA POLÍCIA ESTÁ PARADA NO SUPREMO

Tribunal aguarda decisão sobre conflito de competência para dar andamento

RAQUEL LOPES
rflopes@redgazeta.com.br

As investigações da Polícia Federal e Polícia Civil de Minas Gerais que apontam os responsáveis pelo rompimento da barragem e a causa do acidente estão suspensas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A suspensão ocorreu até a decisão final do conflito de competência, que definirá se o processo criminal será conduzido pela Justiça estadual ou federal. Segundo a assessoria do STJ, havia um julgamento marcado para o dia 27 de abril, mas foi adiado e não há data prevista para outro.

Se a Polícia Federal pudesse continuar a investigação, concluiria em cinco dias o inquérito, que está suspenso desde março. O órgão tem como atribuição a investigação dos crimes ambientais. Da análise das provas colhidas, foram indiciados profissionais da Samarco, incluindo o presidente licenciado, Ricardo Vescovi.

Na Polícia Civil há dois inquéritos. O primeiro, ainda em andamento, está relacionado aos crimes ambientais devido ao rompimento da barragem. Já o segundo, concluído em fevereiro deste ano, apontou como causa do rompimento da barragem o acúmulo de água na barragem e pedia a prisão preventiva de sete acusados pelo maior desastre ambiental do País, incluindo, também, Vescovi.



BERNARDO COUTINHO

Produção perdida

“Se a gente pensar no prejuízo, nem sai da cama”, diz o agricultor José Antônio Rossi, 54, de Colatina. Sem irrigação, ele perdeu a produção e agora começa a retomá-la.

INDENIZAÇÃO

R\$ 155 bilhões

É o que o MPF quer de indenização da Samarco.

CONCLUSÃO

O Ministério Público Federal (MPF), finalizou, nesta semana, uma das investigações em andamento. O órgão, que entrou com uma ação contra as mineradoras Samarco, Vale e BHP, pede R\$ 155 bilhões em reparação aos danos causados pelo desastre e é contra o acordo de R\$ 20 bilhões assinado pela União, governos e Samar-

co, porque não contemplaria o tamanho do estrago.

O Ministério Público Federal informou que existem outras investigações em curso. A primeira é sobre as ações criminais. Já a segunda, tem a intenção de investigar a responsabilidade dos agentes públicos que participaram do processo de licenciamento e fiscalização da barragem. “Não é possível definir datas para finalizá-las”, comenta o procurador Jorge Munhoz.

Em nota, a Samarco informou que está em investigação interna das causas do acidente. Assim, seria possível saber o que levou ao rompimento e elaborar medidas que aumentem a segurança das estruturas. O relatório poderá ser concluído em 6 a 12 meses.



TADEU BAINCONI/MOSAICO IMAGEM

Rio da morte

Com a chegada da lama de rejeitos de minério, os animais que viviam no Rio Doce não sobreviveram, muitos morreram asfixiados. Onze toneladas de peixes mortos foram recolhidas, três somente no Espírito Santo.

Piscicultura para gerar renda e ações contra a seca em discussão

Sem saber quando poderão voltar a pescar e descrentes de que poderão utilizar novamente a água do Rio Doce, pescadores e agricultores não tem perspectiva do que fazer para garantir o ganho financeiro. O prefeito de Colatina, Leonardo Deptulski, que faz parte do comitê interfederativo que vai acompanhar as ações de recuperação do Doce, firmadas no acordo com a Samarco, explica que já estão sendo discutidas maneiras de gerar renda e postos de trabalho.

“Sabemos que a pesca no rio deve passar por um período de proibição (por enquanto só na foz). Estamos

pensando em projetos como piscicultura nas lagoas, já que existem várias em Linhares, por exemplo”, diz.

Outra coisa é a criação de peixes nas propriedades das margens do Rio Doce para aumentar a renda. “Assim o produtor não dependerá só da agricultura. Esse tipo de projeto que agora irão nortear o trabalho, junto com as atividades de recuperação ambiental”, diz Deptulski.

SECA

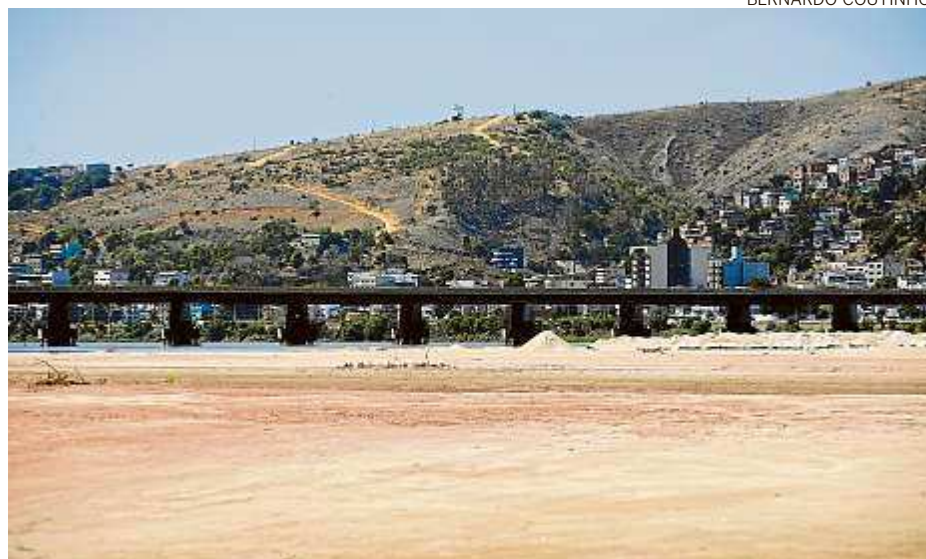
O problema da seca, que aflige o Espírito Santo desde 2014, será um ponto considerado entre as ações de recuperação de meio ambien-

te, por uma necessidade de se criar segurança hídrica.

Vários novos pontos de captação de água potável estão sendo feitos nas cidades ao longo do Doce para que essas comunidades não dependam apenas dele. “Mas não adianta ter uma bomba e uma adutora se não tem água”, destaca Deptulski.

Ele ressalta que é preciso criar um sistema de monitoramento do uso e da retirada da água, recuperação das matas e algumas ações como implantação de caixas secas e terraceamento de áreas de pastagem com desnível, que permitem a captação da água das chuvas.

BERNARDO COUTINHO



Água do Rio Doce, em Colatina, clareou, mas a lama alaranjada continua no leito